

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
OITAVA CÂMARA

Processo nº. : 13924.000094/98-33
Recurso nº. : 121.574
Matéria: : CSL - Ex.: 1992
Recorrente : MÁQUINAS AGRÍCOLAS SATÉLITE LTDA.
Recorrida : DRJ - FOZ DE IGUAÇU - PR
Sessão de : 10 de maio de 2000
Acórdão nº. : 108-06.099

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO - COMPENSAÇÃO DE BASE DE CÁLCULO NEGATIVA - IMPOSSIBILIDADE - Não há previsão legal para compensação de base de cálculo negativa da contribuição Social sobre o Lucro no ano calendário de 1990. Apresenta-se a pretensão sem amparo legal, pois somente houve lei concessiva, em 1991, para fatos geradores a partir de janeiro de 1992 (artigo 44, parágrafo único da Lei 8383/1991). Não pode a lei retroagir para atingir situações anteriores.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso voluntário interposto por MÁQUINAS AGRÍCOLAS SATÉLITE LTDA.

ACORDAM os Membros da Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

MANOEL ANTÔNIO GADELHA DIAS
PRESIDENTE

IVETE MALAKIÁS PESSOA MONTEIRO
RELATORA

FORMALIZADO EM: 9 JUN 2000

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: NELSON LÓSSO FILHO, TÂNIA KOETZ MOREIRA, JOSÉ HENRIQUE LONGO, MARCIA MARIA LORIA MEIRA e LUIZ ALBERTO CAVA MACEIRA. Ausente justificadamente o Conselheiro MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JUNIOR.

Processo nº. : 13924.000094/98-33

Acórdão nº. : 108-06.099

Recurso nº. : 121.574

Recorrente : MÁQUINAS AGRÍCOLAS SATÉLITE LTDA

RELATÓRIO

Trata-se de recurso voluntário interposto por Máquinas Agrícolas Satélite Ltda., contra decisão do Delegado de Julgamento em Foz de Iguaçu, acostada aos autos às fls. 44/49 que julgou procedente o lançamento de fls.26/30.

Da revisão sumária na declaração de rendimentos DIRPJ 1992, ano calendário 1991, efetuada com base no artigo 623 e parágrafos 1º e 2º do RIR/80, foi detectada transposição a menor do lucro líquido do período-base, para apuração da base de cálculo da contribuição social, em desacordo com o artigo 2º e parágrafos da Lei 7689/1988. Este fato gerou lançamento suplementar (fls. 1/3) formalizado no processo 13924.000183/95-08, que foi declarado nulo por vício formal (decisão 0724/97 , fls.97).

Impugnação apresentada às fls. 32/36, diz constar na notificação de lançamento que teria compensado indevidamente base de cálculo negativa de períodos anteriores, sem amparo na legislação.

Este entendimento seria equivocado. A lei que instituiu a Contribuição social sobre o lucro, definiu que a base de cálculo desta contribuição é o resultado do exercício, sobre o qual incide a alíquota. Não há na lei proibição para compensação dos prejuízos.

Em sendo a questão definir o que é resultado do exercício, a compensação é garantida, à luz do artigo 189 da Lei 6404/1976.

Processo nº. : 13924.000094/98-33
Acórdão nº. : 108-06.099

Caso contrário, se estaria diante de um confisco. Transcreve Doutrinadores e juristas que assim também entendem, para ao final pedir exoneração do lançamento, por descabido.

A autoridade singular fundamenta sua decisão, em princípio afirmando: “Calha ressaltar, de plano, com vistas a impor limites ao presente exame, que a impugnante, em sua peça defensória, cinge-se apenas a defender o direito de compensar, na sua declaração do imposto de renda relativa ao exercício de 1992 (ano-base 1991) e em relação à contribuição social sobre o lucro, a base de cálculo negativa da contribuição social de períodos anteriores, no caso específico, a base de cálculo negativa relativa ao período-base encerrado em 31.12.1990. Desta feita, os valores que constituem a notificação, ou mesmo a forma como a eles se chegou, não serão objeto da presente análise, mas, tão-somente se à autuada assiste o direito de compensar a questionada base de cálculo negativa da contribuição social.”

Transcreve os artigos 1º com parágrafos, incisos e alíneas da Lei 7689/1988 e 189 e parágrafo da Lei 6404/1976, afirmando que a leitura atenta destes dispositivos não o fez chegar a mesma conclusão das razões de impugnação.

O artigo 189 da Lei 6404/1976, em verdade autoriza a compensação de prejuízos acumulados. A base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro, não tem a mesma conotação e não estava à época expressa em lei a possibilidade de sua compensação. Tal entendimento decorreria da interpretação que fez do parágrafo único do artigo 44 da Lei 7689/1988.

Transcreve parecerista e decisões judiciais que chancelariam sua conclusão, (apesar de não ser unanimidade). E como o entendimento administrativo é no sentido de só se admitir a compensação através de lei expressa, conclui pelo acerto do procedimento fiscal.

GJ



Processo nº. : 13924.000094/98-33
Acórdão nº. : 108-06.099

Recurso interposto às fls.53/58, repete as razões de impugnação, acrescentando que segundo artigo 110 do CTN (o qual transcreve), a lei veda que se altere conceitos de direito privado. A Constituição Federal de 1988, permite a tributação dentre outras fontes, o lucro; jamais, o patrimônio das empresas (Artigo 195, inciso I).

Ressalta ser peculiar ao conceito de lucro, na forma definida pelo direito privado, a absorção ou dedução de prejuízos acumulados de períodos anteriores.

A não observância da inteligência do artigo 189 da Lei 6404, reconhecida pelo julgador singular, e não levada em consideração, teria ferido o Princípio da Imparcialidade. Não poderia este julgador, decidir desvinculadamente. Porque, a lei em vigência (7689/1988) não proibia a compensação objeto do litígio.

Mudar o conceito de "lucro empresarial " para efeitos tributários, desobedeceria o princípio da legalidade, além de afrontar o princípio da segurança jurídica e da moralidade dos atos da administração pública.

A prevalecer o entendimento ora atacado, eqüivaleria à existência de outro conceito para lucro empresarial : um para fins do direito público e outro para fins do direito privado.

A lei 8383/1991, em nada inovou ao dispor sobre a compensação da base negativa da Contribuição social. Apenas reconheceu o que já estava implícito no ordenamento jurídico.

Esta contribuição é sujeita ao mesmo regime de tributação do imposto de renda, como determina o artigo 6º parágrafo único da lei 7689/1888.

9

Processo nº. : 13924.000094/98-33
Acórdão nº. : 108-06.099

As considerações transcritas na decisão monocrática, (do Causídico Ricardo Mariz de Oliveira) servem em muito para confirmar os argumentos dela recorrente.

A única vedação expressa em norma escrita, se deu através de ato normativo. Atribuir-lhe prevalência frente à lei, seria sublevar o princípio da hierarquia.

Pedindo justiça, transcreve Piero Calamandrei: “Para encontrar justiça, é necessário ser-lhe fiel. Ela como as divindades, só se manifesta a quem nela crê.”

É o relatório

CJ



VOTO

Conselheira IVETE MALAQUIAS PESSOA MONTEIRO - Relatora

O recurso chega a este Conselho amparado por medida judicial e dele tomo conhecimento.

O objeto do pedido é a possibilidade de se compensar a base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro, no exercício de 1992, ano base 1991, do resultado remanescente de 1990.

Aos argumentos de que :

-- a não observância da inteligência do artigo 189 da Lei 6404, reconhecida pelo julgador singular, e não levada em consideração , teria ferido o Princípio da Imparcialidade, porque a Lei não proibia a compensação objeto do litígio;

– mudar o conceito de “lucro empresarial” para efeitos tributários, desobedeceria o princípio da legalidade, além de afrontar o princípio da segurança jurídica e da moralidade dos atos da administração pública;

-- prevalecer o entendimento ora atacado, eqüivaleria à existência de outro conceito para lucro empresarial : um para fins do direito público e outro para fins do direito privado;

– a lei 8383/1991, em nada inovou ao dispor sobre a compensação da base negativa da Contribuição social. Apenas reconheceu o que já estava implícito no ordenamento jurídico;

-- a contribuição é sujeita ao mesmo regime de tributação do imposto de renda, como determina o artigo 6º parágrafo único da lei 7689/1888;

Gef

69

Processo nº. : 13924.000094/98-33
Acórdão nº. : 108-06.099

— a única vedação expressa em norma escrita, se dera através de ato normativo. Atribuir-lhe prevalência frente à lei, seria sublevar o princípio da hierarquia.

À essas afirmações, se contrapõem o fato de que naquele ano calendário não havia previsão legal que autorizasse este procedimento. A recorrente procedeu a compensação, entendendo que, em não havendo vedação expressa na lei, válida estaria sua conduta.

Todavia, o fato de não haver previsão legal, não autoriza que se legitime este procedimento, pois o entendimento dominante, é a não extensão em matéria interpretativa, quando se fala em renúncia fiscal.

Quando afirma que a legislação privada de regência da matéria (art.189 da Lei 6404) deveria ser respeitada na legislação tributária, à luz do artigo 110 do Código Tributário Nacional, entendo haver equívoco no entendimento esposado.

Isto porquê, o Princípio da irretroatividade, de forma específica na Constituição de 1988 é determinado para o Direito Tributário, quando no artigo 150 III, refere-se a fato jurídico pretérito.

É disto que está se tratando. A lei que expressamente autorizou a compensação, teve vigência a partir do ano calendário de 1992.

Em obediência ao princípio da legalidade, que determina que todo tributo somente pode ser disciplinado em seus aspectos substanciais (material, temporal, espacial, subjetivo e quantitativo) por Lei .

Este entendimento também é corroborado na Doutrina. No Livro Imposto de Renda das Empresas, 17^a Edição, às fls.541 tem-se: "A pessoa jurídica que

Gex
Gex

Processo nº. : 13924.000094/98-33
Acórdão nº. : 108-06.099

apurar base de cálculo negativo da contribuição social sobre o lucro, Não poderá deduzir este prejuízo da base de cálculo dos períodos-base subsequentes. A Legislação não concedeu a faculdade de compensar prejuízo com lucros futuros para pagamento da contribuição social".

Transcrevo parte dos fundamentos expostos na decisão singular por bem esclarecer o tema :

"O artigo 189 da lei 6404/1976, autoriza a compensação de prejuízos acumulados. A base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro, todavia não tem esta conotação . Ademais , ainda que não seja este o entendimento, a compensação de prejuízos , para ser admitida, deve estar necessariamente expressa em lei. Não é isso que se vistumbra na leitura do artigo 2º seus parágrafos e alíneas, da Lei no. 7689/1988.

Com efeito e como a própria interessada informa, a lei referida não fez qualquer menção à possibilidade de compensação da discutida base negativa. Se não o fez, a conclusão imediata, e esse é o entendimento da Administração , é a de que a compensação não era permitida, e não o contrário como defende a impugnante."

Também decisões judiciais apontam para a impossibilidade de se acatar o pleito. Transcrevo a decisão do TRF no Processo MC n.º 03075061, assim entendido:

"Tributário e Processo Civil. Preliminar. Medida Cautelar. Artigo 800, parágrafo único, do CPC. Rejeição. Prejuízos fiscais. BASE DE CÁLCULO NEGATIVA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO. Compensação . Lei 8383/1991. Agravo prejudicado. Improvimento.

Os itens 1,2,3, dizem respeito a matéria de Direito Civil.

4) Pretende a requerente proceder a compensação dos prejuízos (base de cálculo negativa da contribuição da CSSL) apurados nos anos de 1990 e 1991, corrigidos monetariamente, para determinação da base de cálculo da mesma contribuição em períodos subsequentes.

5) Apresenta-se a pretensão sem amparo legal , pois somente foi autorizada a compensação de tributos a partir da edição da lei

Processo nº. : 13924.000094/98-33
Acórdão nº. : 108-06.099

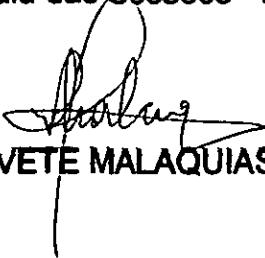
8383/1991 (artigo 44, parágrafo único) NÃO PODENDO A LEI RETROAGIR PARA ATINGIR SITUAÇÕES ANTERIORES.

6) Ademais não há amparo legal para abrangência pretendida pela Impetrante , POIS O QUE PREVIU O PARÁGRAFO ÚNICO , DO ARTIGO 44 DA LEI 8383/1991, foi a possibilidade de dedução da base de cálculo da exação em referência quando resultasse negativa em certo mês , da base de cálculo do mês subsequente."

Diante todo exposto, correta a decisão da autoridade singular.

Isto posto, voto no sentido de negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões - DF, em de 10 Maio de 2000


IVETE MALAKIÁS PESSOA MONTEIRO

